TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICA E LITERÁRIA DA ESCRITORA MARGARIDA CANTARELLI

Alicia Claudina da Silva[1]
Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral[2]

RESUMO: A escritora e desembargadora Margarida de Oliveira Cantarelli, nasceu no Recife em 28 de março de 1944, viveu toda sua infância e adolescência no bairro Alfredo de Medeiros, n. 71; filha do médico e professor universitário Júlio Alcino de Oliveira e de dona Dulce Coltinho de Oliveira. Aos dezessete anos ingressou no curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Direito do Recife (1962). Sua carreira é baseada no campo do Direito Penal e no Direito da Família; foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, se aposentou aos seus setenta anos de idade. Atualmente, possui cinquenta publicações, incluindo livros e artigos em revistas com a temática jurídica, memória e história. Ocupante da cadeira n. 9 da Academia Pernambucana de Letras desde novembro de 2011. Neste trabalho, utilizaremos como aportes teóricos-metodológicos os estudos sobre a relação do gênero e literatura propostos da escritora brasileira Cecil Jeanine Albert Zianini e, a relação autor-obra desenvolvida pelo historiador francês Roger Chartier.

PALAVRAS-CHAVE: História. Gênero. Biografia.

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos a discussão sobre as trajetórias biográficas e literárias da intelectual Margarida Cantarelli, principais objetivos para entendermos o desenvolvimento desta narrativa, faremos uma breve discussão sobre o entrecruzamento da literatura com os estudos de gênero.

Ao lermos o livro "Literatura e gênero: a construção da identidade feminina", da professora de literatura Cecil Jeanine, compreendemos que a discussão apresentada no processo da literatura pode ser analisada através de uma crítica literária feminina. Analisando a obra da autora Giocanda Belli, em que as personagens principais traziam

[1] Graduanda em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Membro do Cactos – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero. Voluntária PIBIC-UNICAP. E-mail: aliciadoc12@hotmail.com.
[2] Docente do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco. Coordenador do Cactos – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero. E-mail: walter.amaral@unicap.br.

traços da emancipação feminina e críticas relacionadas e experiência da mulher por meio de suas linguagens, apresentando, assim, a mulher como leitora e escritora, Cecil Jeanine procura oferecer modelos de textos enfatizando o estereótipo da mulher na literatura e, também, na escrita, investigando as produções literárias femininas, a partir da análise histórica da jovem Lavínia do século XX, apresentando seus costumes e local em que morava, uma casa que herdara e trabalhará com Itzá uma índia, que também deixara seus costumes para seguir um relacionamento com Yarince, sem terem cumprido as formalidades de casamento que era prevista por sua comunidade. Neste sentido, a autora nos afirma que:

> A narrativa apresenta mulheres fortes, capazes de lutar pelos princípios em que acreditam, não se submetendo a imposições de ordem social, econômica ou cultural, sem perder as características da feminilidade. Itzá ressurge, quatro séculos depois, numa velha laranjeira, no jardim da casa de Lavínia. A simbiose entre as duas mulheres ocorre através de um simples suco de laranjas, feito com as frutas produzidas pela velha laranjeira, ingerido pela jovem no café da manhã (ZINANINI, 2013, p. 3).

Isto nos traz uma reflexão da importância de conscientização feminina, também questionado a forma de analisar a escrita das mulheres a partir do biológico, linguístico, psicanalítico e cultural. A primeira enfatiza o corpo como criador do texto; a crítica feminista dialoga com essas questões envolvidas como um contra-argumento; o linguístico nos traz abordagens de linguagens que são utilizadas por homens e mulheres, onde se é criticado os diferentes gêneros textuais; o psicanalítico procura definir a ligação da mulher com produções culturais tendo seus fundamentais em Freud e Lacan; e o cultural nos possibilita a expressão feminina tendo igualdade na diferença como por exemplo raças e classes. Portanto, “a situação cultural da mulher é relevante no sentido de verificar como ela vê o outro, como é vista pelo grupo dominante e, consequentemente, por si mesma” (ZINANINI, 2013, p. 5).

Durante muito tempo, a trajetória masculina foi relacionada a histórias grandiosas, deram o título de super-heróis, homens presidentes, heróis em guerras etc. Entretanto com o novo rumo da História, no século XX, passou a se compreender a necessidade e

importância de debater a trajetória feminina ou a sua ausência. As obras precisam ser lidas através de novos parâmetros de interpretação, propondo um novo modelo de crítica que desse explicado temos as marcas de gênero. Pois, passamos a compreender que, para a produção de um livro, existe um processo anterior bastante complexo que envolve um jogo de interesses (Cf.: CHARTIER, 2014).

É importante destacarmos a prática da discussão feminina nos espaços públicos, a qual procura desconstruir a sua imagem negativa que foi projetada historicamente por figuras masculinas, sendo que, contribuindo, assim, para o rompimento de uma tradição da cultura patriarcal. Neste sentido, a literatura feminina pode ser compreendida como uma representação a resistência imposta as mulheres, tendo em vista a problemática da discussão de textos masculinos impostos ao longo dos anos, nos colocando em planos secundário e tornando a figura da mulher como algo negativo e submisso (Cf.: SCHMIDT, 2014).

> O império doméstico apresenta estruturas sólidas. No entanto, esse império também é visco como lugar de desenvolve a cultura e opressão feminina que se explicita através da maneira como as mulheres julgas a si mesmas e são julgadas pelos maridos, já que o confinamento inviabiliza o desenvolvimento pessoal e social que precisa da interação entre interior e exterior como espaços dialéticos e complementares (ZINANINI, 2013, p. 26).

Portanto, é necessária a desconstrução de diversas narrativas, como ressalta os afazeres domésticos estarem relacionados ao feminino, do mesmo modo que o masculino não está ligado as obrigações do seu lar. Tendo esta problemática passada por vários séculos, como as mulheres donas da casa e os homens heróis e trabalhadores. Dentro deste contexto, é importante lermos sobre literatura feminina, desconstruirmos nossas visões de heróis e de impérios realizados por homens. Escrever sobre a trajetória dos indivíduos é sempre um desafio, principalmente a feminina, que se apresenta como um desafio ainda maior.

É de extremo destaque a importância de uma prática feminina dos espaços longo, tendo isto como um ato político, sendo enfatizado uma desconstrução nas práticas

culturais masculinas que são consideradas os padrões e também nas construções binárias que consistem no discurso masculino em forma de manifestações culturais, assim sendo a razão a uma certa contraposição ao discurso feminino.

Ler, escrever, debater sobre uma literatura feminina vem de encontro as resistências que estão sendo perpassadas ao longo de anos, especificamente quando as biografias femininas são deixadas de lado e acarretamos planos secundários derivados da sociedade. A autora aqui apresentada, Margarida Cantarelli, é um bom exemplo disto, pois sua trajetória é fonte de inspiração para várias mulheres, principalmente no âmbito jurídico. Ela vem de encontro com a literatura e a história. Dessa forma, se destacou na sociedade pernambucana e internacional, por ser uma mulher que conseguiu romper algumas barreiras de ambientes antes considerados essencialmente masculinos.

BIOGRAFIA E ESCRITA

Margarida de Oliveira Cantarelli, nasceu na cidade do Recife no dia 28 de março de 1944, passou toda sua infância no bairro do Espinheiro, especificamente na rua Alfredo de Medeiros, na qual só se mudou ao casar-se com João Lutosa Cantarelli. É filha do médico e professor universitário Júlio Alcino de Oliveira e de Dulce Coltinho de Oliveira. Mãe, avô, escritora, advogada e desembargadora, viveu em uma família de classe média, morando em uma casa confortável, sempre convivendo com seus familiares por perto (Cf.: QUINTAS, 2016).

Atualmente com seus 77 anos, tem três filhos e está aposentada como advogada, tendo uma carreira imensa no Direito, possuindo inúmeros prêmios e publicações, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Pernambuco, professora dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), professora da Faculdade Damas, professora titular (licenciada) e membro do Conselho Superior da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), membro do Conselho Econômico da Arquidiocese de Olinda e Recife e Diretora-Geral do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Figura 1: Margarida Cantarelli em uma entrevista sobre sua carreira



Fonte: Site do "Jornal do Comércio", 08 mar. 2021.

Desde cedo aprendeu a ser solidaria com os seus pais, ajudando aos mais necessitados e desenvolvendo a igualdade entre as pessoas, respeitando os mais velhos; aprendeu com a figura paterna o gosto pelas viagens e antiguidades. Iniciou seus estudos em um colégio de bairro da educadora Eulália Fonseca, uma figura marcante em sua vida, desde sua infância mostrava apresso pela leitura tendo em suas brincadeiras de infância sempre mencionando livros e escrevendo.

Na biblioteca do seu pai aproveitava os livros que lá encontrava, também, se descolando-se constantemente para a biblioteca da Encruzilhada. A literatura brasileira e portuguesa eram as suas preferidas. Realizou o seu ginásio no Colégio de São José, instituição dirigido pelas irmãs Doroteias; dedicou-se a música estudando violão clássico, fez curso livre de Teatro na Escola de Belas Artes. Se preparou para cursar Direito, quebrando, assim, a tradição dos médicos da família. No ano de 1962, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, aos dezessete anos de idade, logo se engajou em movimentos estudantis; tinha um bom relacionamento com colegas de turmas e professores.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

No campo jurídico, se voltou ao Direito Penal e ao Direito Internacional, deu aulas em cursos preparatórios para o vestibular. Em 1967, passou a ser assistente na disciplina de Direito Internacional Público, no curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Realizou seu mestrado em Direito Internacional e doutorado em Direito Penal; tornando-se uma das primeiras especialistas nessa disciplina, fez inúmeros cursos de especialização no Brasil e no exterior, como o realizado no departamento de "International Relations", na Universidade de "Institute Of Social Studes (ISS)." Holanda em 1969 (Cf.: QUINTAS, 2016)

Atualmente possui em torno de cinquenta livros e artigos publicados, dentro deles estão: "O Tribunal Penal Internacional (2000)", "A Evolução do Conceito de Direitos Humanos no Brasil" (2000), "A Mulher Advogada" (2000), "O Direito Penal Internacional e os Tribunais Internacionais" (2001), "Direito da Personalidade e o Novo Código Civil" (2003), "Estrutura e funcionamento da Justiça Federal" (2004), "Poder, Política y Derechos Humanos" (2004), "A Justiça Federal e o Direito Internacional" (2007) e "Desafios do Direito Internacional Humanitário" (2009).

Ao logo de sua trajetória acadêmica e profissional, participou de vários congressos; atua como orientadora de mestrandos e doutorandos em Direito na Universidade Federal de Pernambuco, instituição em que é aposentada como professora adjunta. A sua trajetória profissional no campo jurídico foi marcada por sua passagem no Gabinete do Secretário da Justiça, depois Defensoria Pública do Estado, como estagiária, tendo a oportunidade de dedicar-se aos necessitados de apoio jurídico na justiça social. Ingressou na política da Ordem dos Advogados, se tornando a primeira advogada no Brasil a ser eleita vice-presidente de uma Seccional na OAB.

Na advocacia se dedicou ao Direito da Família, sendo procurada por senhoras por se sentirem mais à vontade por ser uma profissional do sexo feminino. Foi promotora de justiça em Sertânia, Paulista e Olinda; presidente da Turma Julgadora; presidente de bancas de concursos para juízes federais e servidores da justiça; diretora da Escola da Magistratura ESMAFE; integrante do Tribunal Regional Eleitoral como representante da

Justiça Federal; chegou à presidência do Tribunal Regional Federal da 5º região, sendo a primeira mulher a ocupar a vaga de desembargadora naquele órgão. Margarida é conhecida como "A mulher que abriu portas" de acordo com o "Jornal do Comércio". Mas, para ela: "Não se pode parar, ainda tem um longo caminho pela frente'' (Cf.: CANTARELLI, 2021). Nesta entrevista discutiu sobre a importância de outras mulheres juristas ocuparem o cargo de desembargadora naquela instituição, afirmando que: "Eu digo sempre que tenho muito orgulho de ter sido a primeira, gostaria que outras juízas – e há muitas competentes – já tivessem ascendido ao tribunal" (Cf:. CANTARELLI, 2021).

Sendo Secretária de Educação no Recife em 1986, acabou sendo candidata ao Senado Federal para Assembleia Nacional Constituinte, se tornando a primeira mulher no Brasil a concorrer a este cargo, mas acabou não se elegendo. A experiência como Secretária de Educação, trouxe o convívio com pais e professores de escolas da periferia; sempre procurando atender as reinvindicações, ouvindo as propostas com atenção. O seu conhecimento em Direito Internacional possibilitou que conseguisse o apoio do Banco Mundial, para a realização de reformas nas escolas de redes municipais. Como chefe da casa Civil de Pernambuco abriu espaços para o diálogo, contribuindo para a aproximação do governo juntamente com a Igreja Católica, nesta aproximação foi possível a visita do Papa João Paulo II, na qual foi coordenadora.

É importante salientar os inúmeros prêmios que ganhou durante sua trajetória acadêmica, entre eles são: "Grande Oficial da Ordem do Mérito dos Guararapes, Governo de Pernambuco (1979)", "Comendador da Ordem de Mayo Al Merito, Governo Argentino (1983)", "Medalha do Mérito Educacional Professor Paulo Freire, Conselho Estadual de Educação (1999)", "Medalha Frei Caneca, União Brasileira de Escritores (2002)", "Medalha ESMAFE Classe Ouro, ESMAFE/5ª Região (2007)", "Medalha Mulheres de Tejucupapo, Assembleia Legislativa de Pernambuco (2007)", "Diploma do Mérito Olegário Mariano, AIP - Associação da Imprensa de Pernambuco (2008)", "Medalha do Mérito Acadêmico, UNIPLAC - União Educacional do Planalto Central (2008)", "Medalha Ofenísia Freire, Câmara Municipal de Estância – Sergipe (2013)."

O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862, teve um enorme papel em sua vida profissional, especialmente por sua dedicação ao Direito Internacional, tendo uma convivência amigável com os sócios, exerceu a presidência em um mandato de seis anos. Sua vida profissional, teve como objetivo tomar decisões e solucionar problemas, sempre teve um relacionamento amigável com os colaboradores que integravam sua equipe por onde trabalhou. A palavra escrita ou oral sempre foi seu instrumento principal de trabalho, em um certo período se dedicou a música, mas nunca foi sua forma de expressão (CF.: QUINTAS, 2016). Teve uma vida com inúmeras oportunidades e desafios, os registros de sua escrita especialmente suas produções foram voltados através de suas atividades profissionais, como artigos, conferências, discursos, ensaios, contendo fortes conotações históricas, pois versam uma longa lista, dentro deles estão as crônicas publicadas no Diário de Pernambuco quinzenalmente como transporte internacionais ilegais de pessoas, "O caso do navio Santa Maria"; "O Tribunal Penal Internacional," "O Brasil e a ONU, reflexões sobre o 11 de setembro". Nas quais servem de inspiração para a sua escrita e leitura.

Em novembro de 2011 foi eleita para a cadeira de n. 9, da Academia Pernambucana de Letras, tomando posse no dia 23 de maio de 2012, exercendo a função de vice-presidência desta instituição em 2014, concorreu com mais dois candidatos, a cadeira, cujo patrono é o Monsenhor Muniz Tavares. Se destacou como secretária por oito anos na Casa Civil do Governo de Pernambuco, é relacionada ao espírito de liderança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos, que o principal objetivo desse trabalho foi realizar um estudo da trajetória de Margarida Cantarelli, a partir de uma pesquisa que teve como ponto referencial, alguns dados biográficos presentes na sua carreira. Buscamos neste trabalho dar uma versão aos fatos biográficos da imortal Margarida Cantarelli. Escrever sobre sua trajetória é de fato um desafio se fazendo necessário sua relevância no mundo acadêmico.

Acreditamos que, quando a historiadora brasileira Cecil Jeanine nos relata a importância de uma escrita literária feminina, na qual se propõe trabalhar aspectos

políticos em suas obras; bem como o historiador francês Roger Chartier, nos recordando a importância de autor e obra em sua escrita. Portanto tais aspectos, ficam objetivados em relação a Margarida Cantarelli, que apresenta sua história através dos Perfis Acadêmicos na Academia Pernambucana de Letras, conquistando assim seu lugar na sociedade tanto por meios jurídicos e literários.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger**. A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

QUINTAS, Fátima. **Perfis Acadêmicos**: Academia Pernambucana de Letras. Recife: Edições Bagaço, 2016.

RAFAEL, Romero. Margarida Cantarelli, uma mulher que abriu portas, **Jornal do Comércio**, 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/social1/2021/03/08/margarida-cantarelli-uma-mulher-que-abriu-portas/index.html>. Acesso em: 03 dez. 2021.

ZINANINI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e gênero**: a construção da identidade feminina. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013